

**ENTRE O CHÃO DA ESCOLA E UMA EDUCAÇÃO PARA A
DIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO E CULTURA AFRO-
INDÍGENA NA ESCOLA NETINHA CASTELO****FROM THE SCHOOL GROUNDS TO AN EDUCATION FOR
DIVERSITY: INCLUSIVE PRACTICES AND AFRO-INDIGENOUS
CULTURE AT NETINHA CASTELO SCHOOL****DEL SUELO ESCOLAR A UNA EDUCACIÓN PARA LA DIVERSIDAD:
PRÁCTICAS INCLUSIVAS Y CULTURA AFROINDÍGENA EN LA
ESCUELA NETINHA CASTELO**Ridlav Augusto Ferreira de Abreu¹**RESUMO**

O artigo reflete sobre práticas pedagógicas desenvolvidas desde 2023 na Escola de Ensino Fundamental Netinha Castelo, em Sobral-CE, voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). A partir de uma abordagem qualitativa e de relatos de experiência, analisa ações, que promovem o respeito à diversidade, à interculturalidade e a formação crítica de alunos e professores.

Palavras-chave: Educação Étnico-Racial. Interculturalidade. Inclusão.

ABSTRACT

The article reflects on pedagogical practices developed since 2023 at Netinha Castelo Elementary School, in Sobral-CE, focused on Ethnic-Racial Relations Education (ERER). Based on a qualitative approach and experience reports, it analyzes actions that promote respect for diversity, interculturality, and the critical formation of students and teachers.

Keywords: Ethnic-Racial Education. Interculturality. Inclusion.

RESUMEN:

El artículo reflexiona sobre las prácticas pedagógicas desarrolladas desde 2023 en la Escuela de Enseñanza Fundamental Netinha Castelo, en Sobral-CE, orientadas a la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales (ERER). A partir de un enfoque cualitativo y de relatos de experiencia, se analizan acciones que promueven el respeto a la diversidad, la interculturalidad y la formación crítica de estudiantes y docentes.

Palabras clave: Educación Étnico-Racial. Interculturalidad. Inclusión.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Mestre em Sociologia pelo Programa de mestrado profissional de sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da UVA. Professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. E-mail: ridlav.abreu@edu.sobral.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0524-6265>

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo relatar e refletir sobre as práticas pedagógicas antirracistas e interculturais desenvolvidas na Escola Netinha Castelo, em Sobral-CE, destacando o percurso de construção de uma educação comprometida com a diversidade, o pertencimento e o respeito às diferenças. A proposta central é discutir os significados e desafios de tornar a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) um princípio permanente da prática educativa, superando ações pontuais e transformando o cotidiano escolar em um espaço de reconhecimento, resistência e valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas.

A escola de Ensino Fundamental Netinha Castelo, localizada no bairro Junco, em Sobral-CE, atende estudantes do Ensino Fundamental II e tem se destacado, desde 2023, por desenvolver um trabalho contínuo e articulado voltado à ERER. A partir de uma proposta pedagógica que busca romper com práticas pontuais e comemorativas, o trabalho realizado tem como eixo a valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas, a formação cidadã e a promoção de uma cultura escolar antirracista e inclusiva. Esse movimento nasce do entendimento de que a escola é um espaço privilegiado para o diálogo intercultural, para o combate a preconceitos e para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Atuando como professor de História e da Eletiva *Cultura Africana e indígena - raízes Ancestrais*, além de Professor Coordenador de Área (PCA) de Ciências Humanas, desde 2023 venho desenvolvendo ações que integram o ensino, a formação docente com práticas de valorização da diversidade cultural. A partir das atividades da disciplina eletiva e dos projetos anuais como “A cor da pele”, Cartilha antirracista, Personalidades Negras e Indígenas, Oficinas de bonecas Abayomis, Arte Ndebele e Máscaras africanas e indígenas, o trabalho ultrapassa o espaço da sala de aula e se estende à comunidade escolar. Essas ações culminam em eventos como o Desfile da Consciência Negra, mas o foco é que a ERER esteja presente durante todo o ano letivo, e não apenas no mês de novembro, tornando-se uma prática contínua e integrada ao currículo.

A relevância de manter uma Educação para as Relações Étnico-Raciais permanente se justifica pela necessidade de desconstruir visões eurocêntricas e monoculturais ainda predominantes na escola. Quando a ERER se limita a atividades comemorativas, corre-se o risco de reforçar estereótipos e invisibilizar as construções históricas e culturais dos povos

ENTRE O CHÃO DA ESCOLA E UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO E CULTURA AFRO-INDÍGENA NA ESCOLA NETINHA CASTELO

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19 volume 2, p. 01 a 18. Ano 2025- ISSN: 1982-3800



negros e indígenas. Diante disso, cabe a pergunta: *como consolidar uma prática pedagógica que efetivamente incorpore a EREER como eixo estruturante do projeto político-pedagógico escolar?*

As práticas desenvolvidas na Escola Netinha Castelo encontram respaldo nas legislações que orientam a educação brasileira, como a Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira, e a Lei nº 11.645/2008, que amplia a obrigatoriedade para a história e cultura indígena, assim como, o Parecer do Conselho Municipal de Educação (CME). Parecer CME nº 015/2023 de Sobral, emitido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Sobral que reforça o compromisso e a integração das escolas da rede com a implementação dessas temáticas continuamente ao longo do ano letivo.

A proposta é que a escola seja um espaço vivo de reconhecimento, pertencimento e resistência, em que cada aluno possa se ver representado e valorizado. A continuidade das ações permite o fortalecimento de vínculos, o amadurecimento das discussões e o avanço na construção de uma consciência coletiva comprometida com a equidade racial.

Metodologicamente, o artigo constitui-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, baseado nas práticas pedagógicas e formativas desenvolvidas ao longo dos anos de 2023, 2024 e 2025. As observações e registros escolares foram analisados à luz dos princípios da EREER, com ênfase nas ações que articulam ensino, formação docente e envolvimento comunitário.

Em diálogo com esse marco legal e metodológico, o trabalho desenvolvido na escola também se estende à formação continuada dos professores. A pedido da gestão escolar, as ações passaram a integrar os planejamentos das diversas áreas do conhecimento, com a realização de encontros, palestras e rodas de conversas que abordam temas como autodeclaração, bancas heteroidentificadoras, preconceito e racismo no ambiente escolar. Esses momentos formativos buscam sensibilizar e instrumentalizar os docentes para a inserção da EREER em suas disciplinas, fortalecendo uma prática pedagógica verdadeiramente intercultural e inclusiva.

No decorrer do ano letivo, diversas iniciativas foram desenvolvidas, incluindo oficinas, exibição de filmes, leituras de autores negros e indígenas, e projetos artísticos e culturais que promovem reflexões sobre identidade, diversidade e empatia. Esta experiência

evidencia que a educação antirracista e inclusiva deve ser **permanente**, e não restrita a datas comemorativas.

O artigo organiza-se em quatro seções. A primeira corresponde a esta introdução, em que se apresentam o contexto, a justificativa, a problematização, os objetivos e a metodologia adotada. A segunda seção, intitulada *O início de uma caminhada antirracista na escola*, discute os fundamentos teóricos e conceituais da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e descreve as primeiras ações que deram origem ao trabalho desenvolvido na Escola Netinha Castelo. A terceira seção, *Projetos que transformam e práticas de uma educação intercultural*, apresenta e analisa as experiências pedagógicas e formativas realizadas, destacando seus impactos e desdobramentos na comunidade escolar. Por fim, a quarta seção traz as *Considerações Finais*, nas quais se discutem os resultados alcançados, os desafios e as perspectivas para a consolidação de uma prática pedagógica antirracista e intercultural como eixo permanente do projeto político-pedagógico da escola.

O INÍCIO DE UMA CAMINHADA ANTIRRACISTA NA ESCOLA

Diante desse cenário e das reflexões apresentadas, faz-se necessário compreender como a Educação para as Relações Étnico-Raciais foi sendo incorporada ao cotidiano da Escola Netinha Castelo e de que forma esse processo se consolidou como um compromisso coletivo. A seção a seguir apresenta os fundamentos teóricos e as primeiras ações que deram origem a essa caminhada antirracista, revelando os princípios, as práticas e as inspirações que orientam o trabalho desenvolvido na escola.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) é um campo que propõe repensar o papel da escola como espaço de valorização das identidades, das histórias e dos saberes dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Segundo Kabengele Munanga (2005), compreender as relações étnico-raciais é reconhecer que o racismo se estrutura socialmente e se manifesta de forma sutil e persistente nos espaços escolares, demandando uma ação pedagógica intencional e transformadora. Na Escola Netinha Castelo, a ERER é entendida não apenas como um conteúdo curricular, mas uma postura educativa, um compromisso ético com a diversidade e com a justiça social. Essa concepção é inspirada em autores como Nilma Lino Gomes (2017), que defende uma educação pautada na valorização da diferença e na desconstrução de hierarquias raciais, e Sueli Carneiro (2003), que reforça a

necessidade de reconhecer o racismo como uma questão estrutural que precisa ser enfrentada coletivamente, inclusive nos espaços de ensino.

Ao longo dos últimos anos, a escola tem se constituído como território de escuta, diálogo e acolhimento. A ERER, nesse contexto, não é tratada como uma temática isolada, mas como eixo transversal que atravessa diferentes disciplinas, projetos e formações. As práticas pedagógicas buscam despertar o sentimento de pertencimento e respeito entre os estudantes, permitindo que reconheçam em si e nos outros a riqueza das origens culturais que compõe o Brasil.

A perspectiva intercultural é central nesse processo. Inspirada em autores como Petrolina Gonçalves (2008) e Bell Hooks (2013), a escola tem buscado criar espaços de aprendizagem em que o diálogo entre culturas ocorra, bem como à coexistência de diferentes grupos, isso implica no reconhecimento mútuo e no intercâmbio de saberes.

Na eletiva e nos momentos das formações dos professores, são promovidos debates e oficinas que permitem aos estudantes e professores vivenciar experiências de partilha cultural – seja através da culinária afro-indígena, da música, da literatura, do cinema ou das manifestações artísticas como na construção de cartazes, painéis e murais. A oficina de Bonecas Abayomis, por exemplo, resgata práticas tradicionais africanas e estimula reflexões sobre identidade, ancestralidade e corporeidade. Já o projeto “A cor da Pele”, desenvolvido com o uso do curta “Dudu e o Lápis Cor de pele”, convida as turmas a discutir representações sociais e estéticas, incentivando a valorização da diversidade. Da mesma forma, que aprenderam sobre a autodeclaração racial e a atuação das bancas heteroidentificadoras que têm papel fundamental na consolidação das políticas afirmativas e no fortalecimento da identidade étnico-racial.

Nesse contexto, Bento (2022) destaca que a branquitude se mantém por meio de pactos tácitos que garantem privilégios aos brancos, mesmo sem reconhecimento explícito. Ela define esse pacto como um “acordo narcísico da branquitude”, no qual os brancos se veem como universais e superiores, mantendo uma estrutura de desigualdade racial que marginaliza negros e indígenas, reforçando a necessidade de políticas afirmativas e ações educativas antirracistas. Complementando essa perspectiva, Darcy Ribeiro (1995) enfatiza que a valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras é essencial para uma educação democrática e plural.

Esses processos estimulam a reflexão crítica sobre como as pessoas se percebem e são percebidas socialmente, rompendo com a superficialidade de termos como “moreno” ou “mulato”, que historicamente serviram para suavizar ou ocultar a negritude. Ao promover debates sobre a escolha do termo “pardo”, por exemplo, a escola contribui para que os estudantes compreendam que a nomeação não é apenas uma questão de cor de pele, mas também de pertencimento, memória e reconhecimento de uma história marcada por resistência e afirmação cultural.

Essa prática dialoga com a visão de Paulo Freire (1996), que compreende a educação como ato político, democrático e libertador. A escola que pratica a interculturalidade se torna espaço de emancipação, onde o conhecimento é construído coletivamente, e os sujeitos aprendem a ver o outro como parte de sua própria humanidade. Assim, a Netinha Castelo se reafirma como uma escola democrática, que promove o protagonismo estudantil e valoriza as múltiplas vozes que compõe seu cotidiano.

Os projetos desenvolvidos na escola, também se fundamenta nos saberes populares e da literatura afro-indígena, como ferramentas pedagógicas de resistência. Inspirado por autores como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez, o trabalho de leitura e análise das obras dessas escritoras tem possibilitado aos alunos conhecer narrativas que dialogam com suas realidades e sentimentos, ao mesmo tempo em que ampliam o repertório cultural.

As produções literárias e orais são tratadas como fontes legítimas de conhecimento, em sintonia com a concepção de educação popular freiriana, que reconhece o saber do povo como ponto de partida para qualquer prática educativa significativa. Além disso, o estudo das obras de Ailton Krenak, Eliane Potiguara e Daniel Munduruku tem fortalecido o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos contemporâneos, produtores de saber e pensamento crítico, desconstruindo estereótipos ainda presentes no imaginário social e escolar. Ainda no campo das produções culturais, os alunos desenvolveram livretos criativos que recontam lendas tradicionais como a do Guaraná, da Vitória- Régia, o surgimento do Sol e da Lua, entre outros. Essa atividade possibilitou a valorização das narrativas orais dos povos originários e africanos, reforçando o respeito às diferentes matrizes culturais que formam a identidade brasileira.

Ao transformarem essas histórias em produções autorais, os estudantes exercitaram a escrita, a ilustração e a sensibilidade artística, compreendendo que cada lenda carrega ensinamentos sobre a natureza, a espiritualidade e o modo de ver o mundo de diferentes culturas. Essas narrativas expressam as cosmologias dos povos originários e africanos, revelando modos de compreender o mundo em profunda relação com o sagrado. Ao trabalhar essas histórias, os estudantes puderam refletir sobre o respeito às diferentes expressões religiosas, reconhecendo o valor espiritual presente em tradições como a Umbanda, o Candomblé, a Santeria, o Vodun e as religiões animistas, que afirmam a presença do divino em todos os elementos da vida. Assim, a atividade tornou-se um espaço de diálogo intercultural e de valorização da diversidade de crenças que compõem a riqueza espiritual e cultural do Brasil.

A continuidade e o fortalecimento das ações antirracistas e interculturais dependem diretamente da formação dos professores. Apedido da gestão, as discussões sobre EREER passaram a integrar os planejamentos pedagógicos de todas as áreas, ampliando o alcance das reflexões. Esses encontros têm abordado temas como autodeclaração racial, bancas heteroidentificadoras, racismo institucional, preconceitos e acolhimento, sempre à luz da legislação e dos princípios da educação inclusiva.

A formação continuada é entendida como espaço de escuta e reconstrução de práticas. Inspirada em Bell Hooks (2013) e Nilma Gomes (2017), a proposta valoriza o professor como sujeito em constante aprendizado, capaz de repensar suas ações e desconstruir posturas inconscientes que reforçam desigualdades. Ao tratar a EREER como eixo permanente, a escola caminha rumo a uma pedagogia decolonial e antirracista, que busca transformar as relações no interior da comunidade escolar e fortalecer o compromisso com uma educação democrática, equitativa e humanizadora.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, articulada ao relato de experiência docente e pedagógica na Escola de Ensino Fundamental Netinha Castelo, localizada em Sobral – CE, bairro Junco. O enfoque qualitativo se justifica pela necessidade de compreender processos, percepções e práticas educativas relacionadas à Educação para as Relações Étnico – Raciais (ERER), buscando apreender a significação das ações desenvolvidas para alunos e professores, mais do que quantificar resultados.

O espaço de pesquisa corresponde à própria escola, onde as atividades são realizadas de forma contínua, ao longo de todo o ano letivo, e englobam tanto o ambiente de sala de aula das eletivas quanto oficinas, eventos culturais e momentos de formação docente. O público participante compreende alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II, envolvidos na eletiva Cultura Africana e Indígena: raízes ancestrais e projetos de inclusão cultural, bem como os demais professores das diversas áreas, que são incentivados a levar essas temáticas também para seus alunos do 6º, 7º e 8º anos, uma vez que são trabalhadas essas temáticas também em seus planejamentos, inclusive com sugestões de atividades para cada área.

As fontes de dados utilizadas são múltiplas e diversificadas, privilegiando a triangulação para garantir a riqueza das informações. Entre elas estão registros fotográficos de atividades e oficinas, planos de aulas e documentos das formações docentes, bem como a própria experiência prática do professor-pesquisador. Essa combinação permite não apenas descrever as ações realizadas, mas também refletir criticamente sobre seus efeitos e impactos na percepção dos alunos e docentes, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva.

O procedimento de análise consistiu na organização sistemática dos dados coletados, identificando padrões, temas recorrentes e situações significativas que evidenciam a implementação da EREER e da interculturalidade. A reflexão sobre essas experiências permitiu discutir práticas pedagógicas efetivas, dificuldades encontradas, estratégias de superação e impactos observados tanto no aprendizado dos alunos quanto na formação continuada dos professores.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita articular o relato de experiências concretas à análise crítica das práticas educativas, promovendo reflexões que podem orientar e inspirar outras escolas na implementação de políticas de EREER contínuas e significativas.

PROJETOS QUE TRANSFORMAM E PRÁTICAS DE UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

As reflexões e práticas apresentadas evidenciam que a EREER, na Escola Netinha Castelo, se estrutura como um eixo transversal e permanente, articulando teoria e vivência, sala de aula e comunidade. A partir dessa base formativa e conceitual, as ações pedagógicas

se ampliaram e se diversificaram, resultando em projetos que fortalecem a identidade, o pertencimento e o diálogo intercultural. A próxima seção apresenta esses projetos e práticas, destacando seus objetivos, metodologias e impactos na formação dos estudantes e professores.

A implementação contínua de práticas voltadas à Educação para as Relações Étnico – Raciais (ERER) na Escola Netinha Castelo tem produzido impactos significativos, tanto no desenvolvimento crítico dos alunos quanto na formação docente. Os resultados apresentados a seguir decorrem da análise qualitativa de registros, planos de aula, fotografias, projetos e oficinas realizadas ao longo dos anos, permitindo compreender como as ações promovem a inclusão, a valorização da diversidade e a interculturalidade.

Dentre as ações desenvolvidas, “O Desfile da Consciência Negra” representa o momento de maior engajamento da comunidade escolar, reunindo alunos, professores e gestão em torno da valorização da cultura e da história afro-brasileira. Apesar de sua visibilidade, esta ação integra um conjunto de atividades contínuas que visam promover a reflexão, a aprendizagem e a inclusão, evidenciando que o trabalho pedagógico vai além desse evento central.

Figura 01 – Desfile da Consciência Negra: momento de integração e valorização da cultura afro-brasileira na escola.



Fonte: Acervo pessoal 19/11/2024

A implementação de normativas relacionadas à promoção da igualdade racial nas escolas enfrenta desafios que vão além da simples aplicação de leis ou políticas. Um dos pontos mais sensíveis está na dificuldade que muitos alunos encontram ao se autodeclararem racialmente. Para crianças e adolescentes, a autodeclaração não é apenas um ato administrativo; ela é atravessada por questões emocionais, identitárias e sociais.

Muitos desses jovens não compreendem plenamente o significado e a importância desse processo, o que reflete, em parte, a ausência de discussões mais aprofundadas sobre identidade racial em casa, na escola e na sociedade. Além disso, conceitos complexos, como o racismo estrutural, podem parecer abstratos para os estudantes, especialmente quando não são contextualizados de forma acessível e prática.

Outro desafio significativo é o medo de discriminação. Mesmo em espaços educativos que se comprometem com a inclusão, ainda há casos de preconceito velado ou explícito, o que faz com que muitos alunos hesitem em se posicionar racialmente por receio de se tornarem alvos de estigmas ou comentários depreciativos.

Por isso, é crucial que a implementação dessas normativas seja acompanhada de ações pedagógicas consistentes. É necessário criar espaços de diálogos nos quais os alunos possam compreender a história das desigualdades raciais no Brasil e reconhecer como o racismo estrutural ainda impacta suas vidas. Mais do que isso, é essencial promover um ambiente seguro e acolhedor, onde a identidade racial seja valorizada e celebrada como parte da riqueza cultural de cada indivíduo.

Esses desafios apontam para a necessidade de um trabalho contínuo e comprometido, envolvendo toda a comunidade escolar, para garantir que as normativas não sejam apenas cumpridas formalmente, mas que se tornem parte de um movimento transformador na construção de uma sociedade mais justa.

PROJETO “A COR DA PELE”

O projeto A Cor da Pele tem como objetivo trabalhar a diversidade dos tons de pele e a representatividade no contexto escolar. A partir do uso de materiais como o curta metragem “Dudu e o lápis cor de pele”, os alunos são convidados a refletir sobre suas identidades, desconstruir estereótipos e valorizar a diversidade estética e cultural. Observou-se que, ao explorarem essas diferenças de forma lúdica e crítica, os estudantes desenvolvem empatia,

reconhecem e compreendem a importância de respeitar a diversidade de seus colegas. Além disso, ao longo das discussões, os alunos aprenderam a reconhecer e substituir expressões que, por muito tempo, foram naturalizadas, mas que hoje são entendidas como formas de preconceito e desrespeito. Esse processo de conscientização linguística os levou a refletir sobre o poder das palavras e sobre como a linguagem pode reforçar ou combater estereótipos.

CARTILHA ANTIRRACISTA

A Cartilha Antirracista é utilizada como instrumento de reflexão e orientação, integrando informações históricas, sociais e culturais sobre a população negra e indígena. Durante as atividades, os alunos discutem conceitos de racismo, preconceito e equidade, promovendo o debate crítico e a consciência sobre os direitos humanos. Ao discutir a origem e o impacto dos termos e expressões racistas, os estudantes passaram a adotar um vocabulário mais inclusivo e respeitoso, compreendendo que pequenas mudanças no modo de falar representam grandes avanços na construção de uma convivência mais empática e igualitária. Esse recurso tem sido especialmente eficaz para introduzir a perspectiva de cidadania e engajar os estudantes em práticas de respeito à diversidade.

PERSONALIDADES NEGRAS E INDÍGENAS

O estudo de personalidades históricas e contemporâneas negras e indígenas permite aos alunos compreender a contribuição desses grupos para a sociedade, além de inspirá-los a reconhecer seus próprios potenciais. A análise de trajetórias de figuras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e líderes indígenas, combinada com discussões reflexivas, reforça a importância do protagonismo social e cultural das minorias, oferecendo modelos de resistência e resiliência.

AUTORES NEGROS E INDÍGENAS

O contato com a literatura afro-brasileira e indígena amplia o repertório cultural dos alunos, promovendo o diálogo com os saberes das margens. Obras de Lélia Gonzalez, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Eliana Potiguara e outros autores permitem explorar temas como identidade, ancestralidade e diversidade cultural. Os alunos são incentivados a produzir

textos, poesias e apresentações artísticas, estabelecendo uma relação ativa entre leitura e criação, fortalecendo a compreensão crítica e sensível da realidade.

OFICINA DE BONECAS ABAYOMIS

As oficinas de Bonecas Abayomis possibilitam a vivência prática da cultura afro-indígena, combinando criatividade e reflexão social. Ao construírem bonecas representativas, os estudantes internalizam conceitos de diversidade e pertencimento, desenvolvendo habilidades manuais e cognitivas, além de compreenderem a importância da valorização das tradições e saberes populares. Este projeto promove aprendizagem significativa e afetiva integrando conhecimento e experiência.

As bonecas Abayomis, mesmo diante dos questionamentos levantados sobre sua verdadeira origem histórica, continuam representando uma prática pedagógica potente e simbólica. A discussão em torno de sua procedência não invalida o valor cultural e educativo de sua confecção, pois, independentemente da versão adotada, a atividade desperta reflexões sobre ancestralidade, resistência e identidade negra. Assim, é possível reconhecer que duas versões – a tradicional, que as relaciona à cultura africana, e a crítica, que questiona sua autenticidade histórica – podem coexistir, enriquecendo o debate e fortalecendo a valorização da diversidade no ambiente escolar.

FILMES E CURTAS

A exibição de filmes e curtas-metragens, como “Pode me chamar de Nadi”, “Dudu e o Lápis cor de pele”, “Histórias Cruzadas” e “Bem-vindo a Marly Gomont”, proporciona aos alunos experiências sensoriais e reflexivas, conectando-os às narrativas de diferentes contextos culturais. O uso audiovisual permite analisar relações de poder, preconceito e resistência, estimulando debates e a construção de uma visão crítica sobre a sociedade.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PLANEJAMENTO INCLUSIVO

O trabalho com que os professores, por meio de formações continuadas e orientações para planejamento inclusivo, é fundamental para garantir para que a EREER se torne transversal a todas as disciplinas. As atividades incluem discussões sobre autodeclaração, bancas heteroidentificadoras, racismo institucional e estratégias de acolhimento. Observou-se

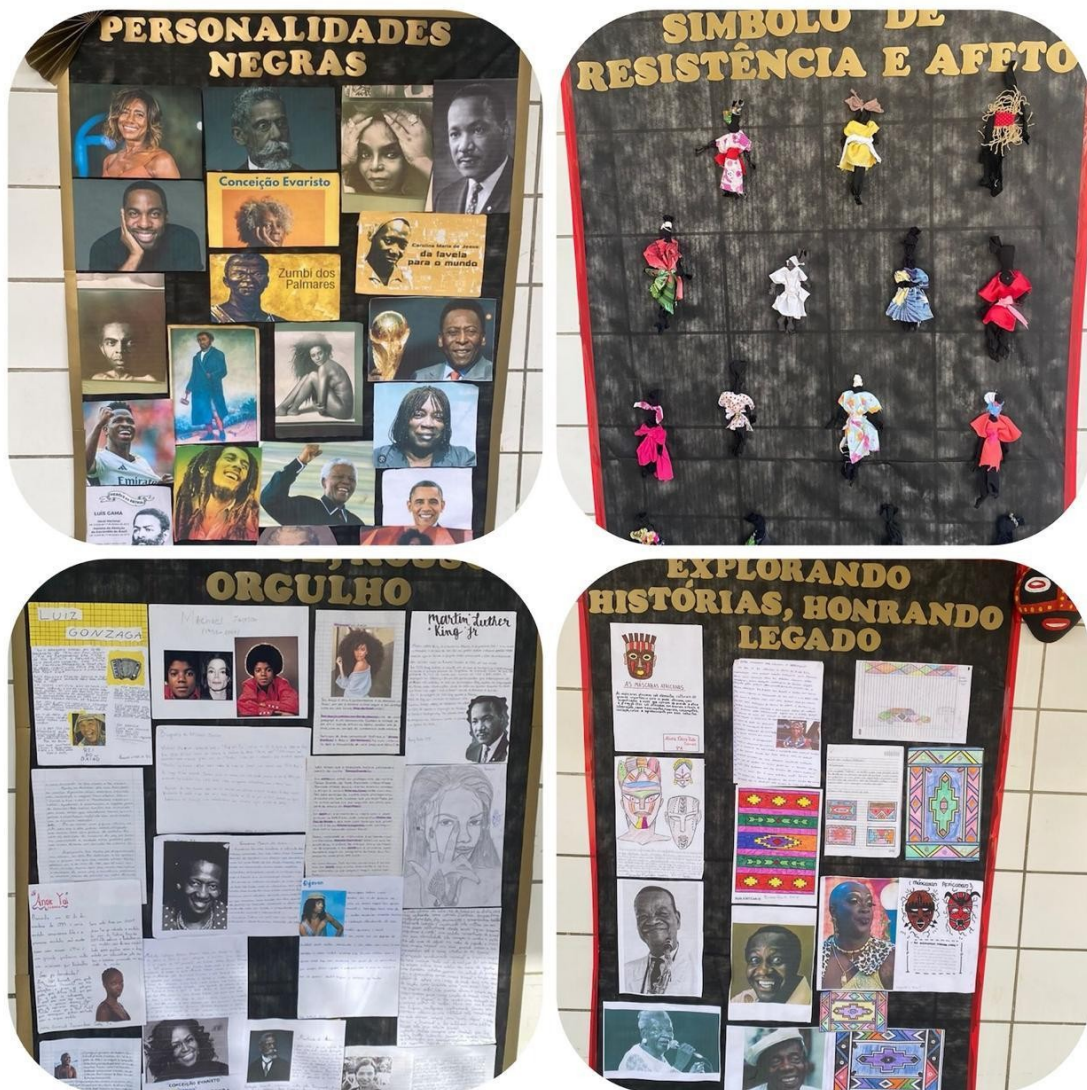
que os docentes passam a incorporar práticas antirracistas e interculturais em suas aulas, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo, reflexivo e democrático.

Figura 02 – Formação de Professores da escola Netinha Castelo



Fonte: Acervo pessoal, 22/09/2025

Figura 03 – Outras atividades do projeto, realizadas ao longo do ano



Fonte: Acervo pessoal, 17/10/ 2025.

A análise dos projetos evidencia que a implementação contínua da EREER na Escola Netinha Castelo: Fortalece a formação crítica dos alunos, permitindo que reflitam sobre preconceitos e desigualdades. Promove o respeito à diversidade, valorizando identidades, culturas e saberes marginalizados.

Além disso, estimula o diálogo intercultural, conectando estudantes e professores às tradições, histórias e produções culturais afro-brasileiras e indígenas. Integra docentes e estudantes em um processo pedagógico reflexivo e colaborativo, em consonância com legislações e diretrizes educacionais.

ENTRE O CHÃO DA ESCOLA E UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO E CULTURA AFRO-INDÍGENA NA ESCOLA NETINHA CASTELO

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 19 volume 2, p. 01 a 18. Ano 2025- ISSN: 1982-3800

Esses resultados indicam que a continuidade das práticas antirracistas e interculturais, articulada com formação docente, projetos e atividades curriculares, contribui para a construção de uma escola que ensina, acolhe e transforma, evidenciando que a EREER deve ser permanente e não limitada a datas comemorativas.

As experiências apresentadas demonstram que as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Netinha Castelo não apenas ampliam o repertório cultural dos alunos, mas também transformam as relações no cotidiano escolar. Ao integrar saberes afro-brasileiros e indígenas ao currículo, a escola ressignifica o espaço da aprendizagem como território de diálogo, pertencimento e resistência. Cada projeto, ao seu modo, contribui para o fortalecimento de uma consciência crítica e sensível, que reconhece na diversidade uma potência formadora e na diferença uma oportunidade de aprendizagem. A EREER, assim, deixa de ser um tema pontual e torna-se um eixo que atravessa disciplinas, planejamentos e atitudes, orientando o trabalho pedagógico em direção a uma educação verdadeiramente humanizadora.

Essas ações revelam que a consolidação de uma prática antirracista e intercultural depende menos de grandes eventos e mais da continuidade de pequenas transformações cotidianas — na linguagem, nas representações, nos gestos e nas escolhas pedagógicas. O processo vivido na Netinha Castelo mostra que quando a escola assume a diversidade como princípio e a equidade como meta, ela se torna espaço de escuta, acolhimento e protagonismo. Nesse movimento, professores e estudantes constroem juntos um projeto educativo comprometido com a justiça social, reafirmando a escola pública como lugar de emancipação, esperança e transformação coletiva.

CONCLUSÃO

As experiências desenvolvidas na Escola de Ensino Fundamental Netinha Castelo, desde 2023, demonstram que a implementação contínua da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) constitui um caminho potente para a construção de uma educação democrática, inclusiva e transformadora, além de ser um eixo que escolar estruturante que exige continuidade, intencionalidade e compromisso coletivo.

Os projetos e ações realizados como *A Cor da Pele*, *a Cartilha Antirracista*, *o estudo de Personalidades Negras e Indígenas*, *os Autores Afro-Indígenas*, *as Oficinas de Bonecas Abayomis* e *o uso de filmes e curtas-metragens* evidenciam que o combate ao racismo e a

valorização das identidades culturais não se constroem em um único mês comemorativo, mas no cotidiano da escola, nos planejamentos e nas práticas pedagógicas.

O conjunto dessas ações reafirma a necessidade de compreender a EREER como dimensão transversal e permanente do currículo, articulada à formação integral dos estudantes. Os resultados observados indicam avanços significativos na consciência crítica dos alunos, no fortalecimento do sentimento de pertencimento e na ampliação do olhar dos professores sobre a diversidade e a inclusão. A escola passa a ser compreendida não apenas como espaço de ensino, mas como um território de acolhimento e recolhimento, onde se aprende a respeitar e celebrar as diferenças.

Responder à pergunta norteadora do artigo significa reconhecer que a consolidação da EREER passa pela formação crítica e afetiva dos professores, pela participação ativa dos estudantes e pela integração entre teoria e prática. É preciso que cada sujeito da escola se perceba como agente de transformação, capaz de identificar e enfrentar manifestações de racismo, preconceito e exclusão. A escola antirracista é, portanto, aquela que forma cidadãos conscientes de seu papel social, que compreendem a diversidade como valor e o respeito como princípio.

Do ponto de vista da formação docente, o trabalho formativo e os encontros de planejamento inclusivo demonstram ser fundamentais para consolidar uma prática pedagógica comprometida com equidade racial. Quando os professores discutem temas como autodeclaração, racismo institucional e identidade, eles ampliam suas perspectivas e constroem uma postura mais crítica, empática e transformadora diante dos desafios escolares. Assim, a EREER deixa de ser responsabilidade exclusiva de um componente curricular para se tornar um compromisso coletivo de toda a comunidade educativa.

Inspiradas em autores como Paulo Freire, Nilma Lino Gomes, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Ailton Krenak e Sueli Carneiro, as práticas descritas reafirmam a importância de uma educação pautada na escuta, na ancestralidade e na valorização dos saberes populares. O diálogo entre teoria e prática, entre escola e comunidade, entre história e cultura, faz emergir uma nova forma de ensinar e aprender- uma educação libertadora, que reconhece o outro, respeita as diferenças e combate toda forma de opressão.

Assim, a experiência da Escola Netinha Castelo reafirma que a resposta à problematização não está em um modelo pronto, mas em um compromisso permanente com a

formação de sujeitos críticos, solidários e conscientes, capazes de reconhecer, no outro, a extensão de sua própria humanidade.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento da EREER na Escola Netinha Castelo representa um processo contínuo de transformação e resistência, capaz de inspirar outras instituições a desenvolverem ações permanentes de valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Mais do que um conjunto de atividades, trata-se de um compromisso ético e político com a formação de sujeitos conscientes, solidários e críticos - cidadãos capazes de reconhecer, no outro, a extensão de sua própria humanidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: www.bncc.mec.gov.br.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GONÇALVES, Petrolina Beatriz. **Saberes e fazeres das relações étnico-raciais na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2006.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global Editora, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOBRAL (CE). **Parecer Municipal nº 015/2023**. Dispõe sobre a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Ensino de Sobral. Secretaria Municipal da Educação, Sobral, 2023.